

## O ESTRANGEIRO: BREVE NOTA SOBRE ALTERIDADES

LEOPOLDO O. C. DE OLIVEIRA

Segundo a antropologia social moderna, o sentido de identidade de um sujeito, de um grupo e de uma nação não se forma apenas pelo conhecimento, aceitação e relevo dado a suas características específicas, mas também e principalmente, pelo contraste das mesmas com as características percebidas no outro. Ou seja, o sujeito se define tanto pelo que ele é quanto pelo que ele não é. A isso chama-se de “identidade contrastiva”, a qual podemos exemplificar por meio de uma situação bem conhecida de todos: nós brasileiros traçamos nossa auto-imagem como um povo alegre, hospitaleiro, amante da ordem e da paz e com talentos incríveis para a música e para o futebol. Vemos também pontos negativos naquilo que chamamos de nossa identidade nacional, o nosso modo de ser: deixamos tudo para a última hora e o improvisado, o jeito brasileiro é a marca registrada de muitas de nossas ações. Mas qual o brasileiro que não acredita piamente que esses “defeitos” não são nada frente a nossas inúmeras qualidades?

Sabemos também o que não somos: não somos arrogantes, não somos frios e grosseiros, não somos desonestos. Todas essas características negativas pertenceriam aos nossos vizinhos, os argentinos. É marca de toda afirmação de identidade que, ao nos compararmos com o outro, nos sintamos superiores a ele. É o etnocentrismo, do qual nenhum povo está imune. Ou passaria despercebido dos brasileiros antenados com o mundo que nossa imagem perante muitas nações, incluindo aí nossos irmãos argentinos, é a de um povo desorganizado, sexualmente licencioso, preguiçoso e propenso à corrupção?

Alguns contrastes agudos entre populações vizinhas, muitas dividindo e disputando os mesmos territórios, levaram às maiores calamidades e atrocidades da história, como o Holocausto na Segunda Guerra Mundial, o extinto e famigerado *Apartheid* na África do Sul e o interminável conflito entre árabes e israelenses no Oriente Médio, que tantas vítimas civis e tantos estragos materiais tem feito já há quase cem anos. A falta de um convívio pacífico com o diferente, o outro, o estrangeiro, o

“não-nós” e a não-aceitação de seu direito a uma identidade própria estão na raiz desses confrontos.

Porém, o sentido de identidade e do reconhecimento da diferença não é um princípio antropológico que opera apenas em sentido macro. Na vida do sujeito individual, no seu dia-a-dia, o mesmo princípio também está ativo. Aí, a natureza da diferença é até mais ampla, pois no convívio social as dissonâncias entre as pessoas são de diversas ordens: diferenças de cor, de classe social, de nível educacional e cultural, de inclinações político-ideológicas, de religião e dogmas, de filosofia de vida, de humor, de condições físicas, de personalidade, de caráter, de opinião, de interesses e de vontades. Torna-se, então, mais complexa e, ao mesmo tempo, mais propícia a aceitação do outro, uma vez que sem um mínimo de mediação, “negociação” e tolerância, a vida em sociedade e em um estado de direito não seria possível. É no indivíduo, portanto, que se encontra todo o potencial de protesto e de fonte de possíveis mudanças na estrutura societária.

O reconhecimento da alteridade, entretanto, não deve se dar “de cima para baixo”, como o sentimento e o consentimento de alguém superior que magnanimamente permite ou autoriza o outro a ser quem é. O reconhecimento da alteridade deve ser algo que enriqueça cultural e humanamente ambas as partes envolvidas na rede de relações que se dão em seu ambiente de convívio. O que há de diferente no outro deverá ser um elemento que enriqueça o “eu” que com ele toma contato. O eu deverá conter seu instinto básico de homogeneização e mesmo eliminação das idiossincrasias, pelo qual se tenta de formas variadas transformar o outro em uma réplica do “eu”.

Acredito que o instrumento adequado para eficazmente contornarmos as tendências humanas a não respeitar e desejar eliminar as diferenças seja a educação. Em uma era de rápidos avanços tecnológicos e globalização das relações humanas, educar nossas crianças e jovens para o convívio, e não apenas para a tolerância, pacífico, ativo e frutífero com aqueles que diferem de seu eu é condição indispensável para que nossa sociedade caminhe com segurança para um futuro de tranquilidade e justiça social que para ela almejamos.

Sendo um povo miscigenado como somos, cuja cultura híbrida dá mostras de uma força incomensurável e de uma vitalidade invejável, creio já termos a matéria-prima com a qual o trabalho educacional de forjarmos

uma sociedade na qual a tônica das relações humanas seja a de respeito e de convívio produtivo com as diferenças torne-se uma realidade. Talvez este seja o trunfo de nosso país para galgar posições de destaque e representar papéis estratégicos na sociedade global que se delineia nesses primeiros anos do século XXI.